

janeiro de 2023

115

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



A soberania alimentar não é um mito

OS IALAs: LUZES NO CAMINHO

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Acción por la Biodiversidad
info@biodiversidadla.org
Anafae
octavio.sanchez@yahoo.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campana de la Semilla
de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
serra@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
larissa@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Lucía Vicente, Argentina
María José Guazzelli, Brasil
Leonardo Melgarejo, Brasil
Fabián Pachón, Colômbia
Germán Vélez, Colômbia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
María Fernanda Vallejo, Equador
Octavio Sánchez, Honduras
Evangelina Robles, México
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Martín Drago, Uruguai

Administração

Acción por la Biodiversidad
info@biodiversidadla.org

Edição

Ramón Vera-Herrera
constelacion50@gmail.com
ramon@grain.org

Desenho e formatação

Sebastián D'Amen
sebastian_damen@hotmail.com

EDITORIAL:

A soberania alimentar é a busca da autonomia 1

Território, comunidade e alimento para a vida

Fernanda Vallejo 4

Soberania alimentar

Verónica Villa (Grupo ETC) 7

Declaração de Auquinco

7 de novembro de 2022 11

Movimentos sociais em Honduras defendem suas sementes camponesas e indígenas

Octávio Sanchez (ANAF AE) 14

Em jogo a herança das últimas 800 gerações

Silvia Rodríguez Cervantes e Henry Picado Cerdas 17

O Instituto Agroecológico Latino-Americano (Iala) “María Cano”

Juntança agrojuvenil, experiência de formação para a juventude e infância camponesas “sementes que vão florescendo” 19

O Instituto Agroecológico Latino-Americano (Iala) “Mamá Tingó”

Cultivando as lutas pela educação do campo
“mais uma semente que cresce em solo fértil” 21

Declaração Final III Assembleia Continental

Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo CLOC-Via Campesina 23

As fotos desta edição provêm de várias regiões da América Latina e buscam apontar o que está acontecendo nos campos e nas experiências de convivência, formação, agroecologia e soberania alimentar do continente, e outras experiências similares na Ásia e na África. A maior parte é fruto do trabalho do fotógrafo Iván Castaneira, colaborador de Biodiversidade. A capa retrata o povo Warangal em Telangana, na Índia, colhendo milho. As fotos dos IALA pertencem também a toda a equipe de Comunicação de Fenuagro (CLOC na Colômbia) que com muito carinho retrataram meninas, meninos e jovens do IALA “María Cano”, e relataram o que está acontecendo na República Dominicana com o IALA “Mamá Tingó”. Octavio Sánchez também fotografou o momento da mobilização contra a Lei de Variedades Vegetais em Honduras, e Anamuri nos brindou fotos de experiências no IALA em Auquinco, mas também a experiência das mulheres que coletam algas na costa chilena. Agradecemos a colaboração de todas e todos.

Agradecemos o apoio da Fundação Swift
Agradecemos sempre ao Carlos Vicente pela sementeira
A tradução para português foi realizada pelo Centro Ecológico

EDITORIAL

O mundo perdeu a simplicidade com que o olhávamos apenas há poucos anos. O sinal de nossa época é a complexidade que pode nos engolir, nos deixando cegos ou fazendo cair nas armadilhas e nas “falsas soluções” promovidas pelas corporações ao caçarem, minuto a minuto, mais oportunidades para prevalecer, lucrar, e que seus esquemas sejam aceitáveis e sorridentes.

Nadando nessa complexidade, virou moda invocar a soberania alimentar como uma “alternativa”.

É utilizada nos espaços acadêmicos, nos movimentos rurais e urbanos, nas comunidades.

A Via Campesina a reivindica e a propõe como o coração do futuro. Aqueles que promovem a agroecologia como solução também a destacam como eixo de luta ou de articulação. Já é uma referência, embora não esteja claro para muita gente. Há pessoas e instituições que inclusive confundem “soberania alimentar” com “segurança alimentar”. Assim como a “agroecologia”, o termo “soberania alimentar” é motivo de disputa.

As corporações e seus porta-vozes promovem “narrativas” tendenciosas, mas convenientes, para seu domínio e seus métodos de expansão/produção em sua aposta pelo futuro da alimentação e de seus lucros. Buscam esvaziar o campo mediante uma guerra à subsistência, pois querem o campesinato indefeso e sem terra. Eles menosprezam, desacreditam ou proíbem abertamente seus métodos e estratégias, sempre alegando a incompetência ou a ineficiência camponesa. E enquanto isso, se expande sem freio a grilagem voraz de mais e mais territórios camponeses. E sem terra é muito mais difícil, se não impossível, exercer uma soberania ou autonomia alimentar.

Há uma vertente acadêmica que, com muita arrogância, insiste que a soberania alimentar não é factível, que é uma utopia só imaginável por nós que “romantizamos o campesinato, os povos nativos ou afrodescendentes, e lhes conferimos uma relação idílica com a terra ou a natureza”.

O paradoxo é que proliferam os estudos de caso, relatos e experiências que mostram a força das propostas comunitárias encarnadas por mulheres e homens que não só não deixam margem a dúvidas sobre a intensa relação entre comunidades e território, entre seres humanos e a Natureza, mas que eles funcionam, e são responsáveis por uma grande parte da alimentação humana, como mostram estudos do Grupo ETC e GRAIN.

Tal força tem um arco histórico de longa duração: um tramado de saberes de povos e comunidades que, detalhe a detalhe, delineiam a geografia local, as relações entre a montanha, a floresta, os declives e os níveis de vales, encostas, cachoeiras, mananciais, num manejo dos pisos ecológicos e da microverticalidade desse manejo [como mostra *El alimento como eje de la vida: soberanía alimentaria en la pandemia, clave para tejer el futuro de los pueblos*, livro de Ana de Veintemilla, Cecilia Chérrez e José Rivadeneira, comentado nas páginas desta edição da *Biodiversidade*. Apesar de muito significativo, este relato é apenas um exemplo da teia mútua, viva, que contradiz quem apregoa que romantizamos].

Quem já viu esse cuidado diário de muitos níveis não tem dúvidas de que esses detalhes de cuidado são apenas o conjunto de estratégias que permitiram a sobrevivência de tantas comunidades e de tanta biodiversidade ao longo de milênios.

Primeiro os amos, patrões, latifundiários, invasores e, depois, as corporações de todos os tipos e em muitas épocas, são os que lutam para que as pessoas não resolvam sua própria subsistência, sofram escassez e não tenham outra alternativa senão trabalhar para eles, produzindo o que é conveniente para os patrões, mesmo que o que é produzido não tenha relação com a vida das pessoas que agora trabalham para outros.

Há muitos séculos, se busca incapacitar as comunidades na sua produção própria de alimentos e nos cuidados que isso implica, mas na realidade, de forma integral, negando educa-

ção, saúde, justiça, apoios, mas acima de tudo, voz própria, participação plena. Quando muito, são «consultados» para legitimar as imposições.

Não foi um destino natural que levou o campesinato a trabalhar para os outros. As populações foram empurradas para o limite, forçadas a fazê-lo. Roubaram suas terras, os privaram de todo o entorno com o qual podiam ser independentes e produzir sua própria comida. Mas roubar suas terras significa roubar suas vidas, seus termos de referência, suas formas de resolver o que mais importa para eles (não apenas a alimentação, mas todos os aspectos da vida, começando por aproveitar suas florestas ou suas águas sem devastá-las). As comunidades têm exercido saberes que as unem à montanha, à floresta e ao completo, e complexo, ciclo da água graças a intuições, sincronidades, buscas, experimentações, certezas, narrações, experiências e sim, também, estratégias, técnicas, métodos, mas acima de tudo, um tecido de atitudes, e o ânimo e a disposição de não depender. Mas, ao mesmo tempo, não deixando o entorno intocado. Cuidar não é conservacionismo, mas mutualidade, ressonância, sincronia. Eles agora têm essa mutualidade cruzada com preocupações, angústias e impossibilidades. E regulamentações intermináveis que a restringem.

Já não é nada fácil exercer essa intrincada e estreita relação com o que os povos chamam de território: seu espaço de reprodução e subsistência, o entorno que se tornou sagrado ao longo dos milênios.

A desigualdade extrema imposta, quase sempre com violência (expressa em horror, angústia, imposição e opacidade), obriga as pessoas a abandonarem seus cuidados com a montanha, e as coloca a trabalhar para outros, tornando-as assim escravizadas, assalariadas ou arrendatárias, ou envolvidas em contratos com empresas, trabalhando em uma terra arrendada que talvez antes fora sua.

De qualquer forma, ao longo da história, deixar de produzir seus próprios alimentos causou catástrofes tremendas em todas aquelas populações que o permitiram.

Diretamente, corporações e governos enfraqueceram ou erradicaram muitos saberes que configuram a inteligência milenar camponesa. É urgente para eles gerar obrigações e normalizar que as pessoas trabalhem para outras, e se submetam ao trabalho assalariado.

Eles precisam romper o breve espaço de independência ou liberdade que as camponesas e os camponeses têm reivindicado desde sempre. Passar de camponeses a operários é uma mudança radical na sua relação com o mundo. É passar de um trabalho criativo a um trabalho assalariado do qual se extrai mais-valia no caso dos assalariados, ou a um trabalho comparável ao de máquinas ou animais, no caso dos escravos.

Aqueles que continuam em seu breve espaço de liberdade ainda podem defender a ideia de um mundo em liberdade. E a inteligência ou os saberes para alcançá-lo. Quem trabalha em regime de escravidão ou em trabalho assalariado, talvez já tenha perdido a memória de como resolver em autonomia o que lhes é mais importante, e buscam apenas um tratamento mais humano, uma “melhor qualidade de vida”.

As condições de guerra contra a subsistência que fundamentam o capitalismo promovem a escassez, a precariedade, a fragmentação das pessoas, e a ideia de que são incapazes. Como imaginário público, eles propõem que a única solução é industrial e que não importa se ela perturba as escalas naturais, e todos os tipos de relações, pois a única coisa crucial é produzir lucros. Desta forma, roubam nossas vidas impondo regulamentações, restrições e disposições, e avalanches de espoliação e devastação.

Para o poder, vai o lucro ao separar as pessoas de suas fontes, meios e estratégias de subsistência. Esse poder nunca busca promover a liberdade, mas a dependência, a ignorância, a submissão. Hoje a submissão tem que ser total. Requer quebrar as pessoas de tal forma que elas já não sejam mais criativas, nem consigam resolver suas próprias vidas. Assim, aumenta o número de pessoas desenraizadas, fora dos limites naturais de seu entorno, de seu tecido de tempos, fora de sua casa, isto é, de seu território. Pessoas desvinculadas de seus saberes mais antigos, e da memória viva e atual — que os exila para a incerteza e a angústia. A soberania alimentar é a tentativa de quebrar essa submissão.

Otra vez na história, é cada vez mais insuficiente a ideia linear de uma agricultura que abriu a mata para semear vastas extensões, inaugurando civilização e progresso. A milenar produção de alimentos seguramente não começou ali, e segue empenhada em muitas outras questões que não se esgotam na chamada agricultura: é uma inteligência plena de estratégias que cuidam do todo com relações plenas de imaginação e justiça. Manter o território é exercê-la, entre quem ali vive e convive.

Hoje, para alcançar essa soberania alimentar, muitas batalhas simultâneas devem ser travadas. Nos reconstituirmos. Prestar atenção em muitos níveis. Produzir o próprio alimento não basta. Trabalhar a agroecologia e cuidar do solo ajudam, mas não são suficientes. É preciso ir entendendo, passo a passo, nível por nível, todas as políticas públicas, regulamentações, padrões, critérios, restrições técnicas, legais e administrativas. E, também, as vinculações com as quais o aparato do poder executivo e a estrutura jurídica são cúmplices de proprietários e corporações, e que acabam colocando em suas mãos os instrumentos de subjugação que explodem a violência que povoa os noticiários com mortes e desaparecimentos de pessoas que resistem e lutam. Temos que desmontar o dispositivo.

Hoje a soberania alimentar e a autodeterminação ou autonomia são uma mesma luta. E para alcançá-la teremos que defender nossa vida, que é nosso território mais primordial.

Biodiversidade abre a discussão a partir de vários ângulos e nos dá as boas-vindas com essa edição. 🌱

Um companheiro do povo Nasa semeando milho e feijão nos territórios liberados de Cauca, Colômbia. Foto: Iván Castaneira





Mulheres colhem milho perto de Warangal, em Telangana, Índia. Foto: Ivan Castaneira

TERRITÓRIO, COMUNIDADE E ALIMENTO PARA A VIDA

Fernanda Vallejo

A história de camponesas e camponeses é a história de uma longa conversação entre as pessoas e os seres que convivem em um território. É a certeza de ser parte interdependente em uma casa comum. Mas também é a história de uma resistência sem fim à espoliação e à devastação. Acima de tudo, é uma luta inesgotável pela autodeterminação como condição de subsistência e de vida digna.

A conversação, a mutualidade, são o requisito básico para a construção do território, essa base material e intangível onde se recria a vida. Por meio dessa conversação sem fim, os povos entendem o todo, se organizam e cui-

dam uns dos outros, sonham, fazem planos e os realizam juntos, e com a ajuda da natureza. Esse diálogo lhes permite saber o que a terra, a mata, o córrego, a semente necessitam para que possam oferecer às pessoas seus frutos de vida. Significa uma escuta atenta dos tempos, dos ciclos dos vários níveis ecológicos e dos seus sistemas de organização. Significa cuidar, celebrar e agradecer. Significa tecer mecanismos de ajuda mútua permanente; pensamento, trabalho, cuidado comunitário, criar e recriar saberes. É um assunto cotidiano que resolve as vidas de forma autônoma. Recriar a vida e o território é tudo isso, esse tecido complexo, denso e colorido que tudo incorpo-



Hortas urbanas no Chile: Foto: Anamuri

A conversação, a mutualidade, são o requisito básico para a construção do território, essa base material e intangível onde se recria a vida

Redes de relações sociais, familiares e simbólicas estabeleceram mecanismos que lhes permitiram obter alimentos e bens desde o *páramo* até o mar, e a partir do mar (e além) até o *páramo*, utilizando como ferramenta a reciprocidade e o intercâmbio entre iguais. E apesar da enorme ruptura de ciclos, da devastação e da espoliação que o capitalismo impôs com a Colônia, e mais tarde na República, esses tecidos persistem, vão e vêm, alguns povos vão para o exílio e outros vêm para ocupar o território, e se restabelecem os vínculos. Eles se reacomodam conforme mudam as circunstâncias. Tudo isso é o substrato no qual germina a soberania alimentar, que é pré-condição do direito à alimentação, à saúde, ao intercâmbio justo, à vida digna das pessoas e da natureza.

ra num só corpo, e se expande e encontra outros tecidos, e tece novas redes e expande seus fios.

No mundo andino, esse tecido milenar se organiza de modo vertical, desde antes da chegada dos espanhóis, antes mesmo dos incas constituírem seu império.

A soberania alimentar é reivindicada como direito quando sua violação se torna insustentável, quando milhões de pessoas morrem de fome, muitas delas camponeses, produtores de alimentos; quando têm que enfrentar um poder corporativo global que se apropria dos alimentos como mercadoria, que controla sua circulação, que se apodera da fertilidade do solo, que se apodera da semente, que desaloja camponeses e camponesas de suas terras. Em resumo, quando o tecido da vida é rasgado para instalar sua agricultura industrial, seu poço de petróleo, sua mineração a céu aberto, sua barragem multimodal. Cada vez com mais violência e mais poder de destruição, e com a colaboração de maus governos.

É assim que voltamos à história camponesa como história de resistência à devastação. Com muita injustiça e dor envolvidas, eles encaram a luta com muita criatividade, integridade e cuidado mútuo; com um regresso sempre à gestão do território e ao tecido comunitário, como ferramentas inesgotáveis de respostas e de força.

É o que nos relata o livro *El alimento eje de la vida. Soberanía alimentaria en la pandemia Clave para tejer el futuro desde los pueblos* [O alimento eixo da vida. Soberania alimentar na pandemia Chave para tecer o futuro a partir dos povos], que nos apresenta o Instituto de Estudos Ecologistas do Terceiro Mundo pelas mãos de Ana María de Veintimilla, Cecilia Chérrez e José Rivadeneira, que sistematiza o momento crítico da pandemia a partir da perspectiva das comunidades e organizações no território de Cotacachi, povos camponeses indígenas e mestiços da zona andina e do subtropical, onde a quarentena desnudou todas as ausências, omissões, agressões e espoliações que o Estado, ou através dele, vem realizando nessas terras — mas também evidencia o que é realmente importante e quais são os pilares da vida.

A soberania alimentar é reivindicada como direito quando sua violação se torna insustentável, quando milhões de pessoas morrem de fome, muitas delas camponeses...

Assim, vemos a ação historicamente colonizadora e adversa dos governos nacional e local para com as comunidades, vemos também que a assembleia comunitária, o tecido vertical de relações que permite o acesso compartilhado aos bens de uns e outros ecossistemas desde tempos imemoriais, persiste com mais validade do que nunca. Vemos suas lutas de resistência contra a mineração, pela recuperação de terras de cultivos, suas propostas de política local para conter a urbanização forçada de novos proprietários estrangeiros ou para declarar o cantão livre de mineração, ou livre de todas as formas de violência contra as mulheres. Também sua participação em greves e marchas

Apesar da perseguição e das políticas discriminatórias que impediram a realização de feiras durante a pandemia, as redes continuaram funcionando, os coletivos urbanos organizaram sistemas de entrega em domicílio com o produto camponês e lutaram para conseguir novamente alvarás, contornando todos os obstáculos e exigências impostas, que não foram solicitados aos supermercados



para reivindicar o direito a uma vida digna. Destaca-se sua persistência no cuidado com as fontes de água, as sementes, em manter um sistema de cultivo diverso e amoroso chamado *chacra* [ou milpa], e sua conquista do espaço urbano para oferecer produtos agroecológicos. Sua luta para manter os saberes do cuidado e da saúde, seus próprios espaços de cura e conservação do bem viver.

Toda esta persistência e reexistência cotidiana para tomar decisões sobre o que lhes é pertinente, constitui a chave para enfrentar sem amparo o ataque da pandemia, e resolver por seus próprios meios a sua vida, a sua saúde, a sua alimentação. A experiência de Cotacachi mostra tecidos vivos que se ativam, se encontram e resolvem sobre suas vidas, apesar das condições sempre adversas que lhes são sistematicamente impostas. Guardar sementes e nunca descuidar do cultivo da *chacra* permitiu garantir alimentos para as próprias pessoas, para as comunidades com menos terra e menos produção, para a população urbana, além de trocar alimentos, plantas medicinais e sementes, e até doar alimentos nas cidades maiores.

Para conseguir esta resposta rápida à adversidade, eles tiveram que preservar seus saberes e tecnologias, seus cuidados com a terra e seus tecidos comunitários, cada dia de suas vidas, ao mesmo tempo que tiveram que lutar contra a espoliação e a descapacitação, uma luta cada vez mais difícil e mais adversa. Mas, de que outra forma eles poderão continuar a exercer sua soberania alimentar?

Esta experiência, contada em detalhes, mostra o que ocorreu nas comunidades andinas e seu tecido territorial estendido até as encostas e o subtropical. As decisões comunitárias de autocuidado, a ativação dos saberes locais sobre as propriedades curativas das plantas e de outras terapias, as estratégias que garantam o alimento em todas as famílias e comunidades, as estratégias de intercâmbio com as organizações de *Intag* no subtropical. A acolhida de migrantes que retornaram.

A luta pelo direito à atenção do Estado. Mas a luta pela soberania alimentar também aconteceu nos setores populares das grandes cidades. Desde antes da pandemia, coletivos urbanos vinham lutando contra a discriminação geográfica alimentar também dentro das cidades: para que a alimentação saudável e agroecológica não esteja apenas ao alcance dos setores ricos; para que a mediação das cadeias agroalimentares não impeça o acesso direto à alimentação camponesa. Esses grupos vinham organizando feiras agroecológicas nos bairros populares, estabelecendo redes de confiança com organizações camponesas produtoras de diversos alimentos. Vínculos diretos, com preços justos. Vínculos também para aprender uns com os outros, para reconhecer-se mutuamente na origem comum como camponeses. Para subtrair esse falso estranhamento da cidade com o campo.

Apesar da perseguição e das políticas discriminatórias que impediram a realização de feiras durante a pandemia, as redes continuaram funcionando, os coletivos urbanos organizaram sistemas de entrega em domicílio com o produto camponês e lutaram para conseguir novamente alvarás, contornando todos os obstáculos e exigências impostas, que não foram solicitados aos supermercados. Em suma, essas redes continuam, se expandem, se fortalecem pouco a pouco, constroem corresponsabilidade e autonomia, constroem a soberania alimentar e ainda apoiam as mobilizações camponesas e indígenas que chegam às grandes cidades.

Compartilho com o livro e com as comunidades a certeza de que seus sistemas alimentares funcionam, são tecnologicamente eficientes, socialmente dignificantes e garantem a vida. Eles os fizeram acontecer apesar de que a guerra silenciosa e sistemática contra o campesinato não para, e seu poder devastador é cada vez maior. 🍌



Mulheres Kichwa trocam e vendem sementes de milho na cerimônia da Oyanza em Mojandita, Imbabura, Equador. Foto: Ivan Castaneira

SOBERANIA ALIMENTAR

Verônica Villa (Grupo ETC)

A soberania alimentar (SA) é um conceito que a Via Campesina estabeleceu durante a Cúpula Mundial da Alimentação de 1996. O conceito implica muito mais do que o direito de não ter fome, registrado na *Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948*, e também significa muito mais do que assegurar a disponibilidade suficiente e estável de alimentos, que se conhece desde 1974 como *segurança alimentar*.

Enquanto o *Direito à Alimentação* surgiu em 1948 como parte do compromisso dos Estados para evitar guerras e fomes futuras, a SA é uma definição construída de baixo para cima, fruto de reflexões e lutas de povos

camponeses, indígenas, locais e outras pessoas produtoras de alimentos, para quem produzir a comida não se resume a manter o corpo vivo.

Quando em 1974 a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) instituiu a segurança alimentar, o enfoque foi assegurar — como o próprio conceito indica —, a produção e disponibilidade de alimentos em nível nacional, e promover políticas públicas para que o “sistema alimentar”, assim em abstrato, forneça a “toda a população”, também em abstrato, alimentos suficientes, nutricionalmente adequados, no longo prazo. A segurança alimentar assim definida em suas origens orienta que a alimentação seja assegurada em um esque-

ma “de cima para baixo”, ou seja, o ônus de seu cumprimento recai sobre o Estado, governos, instituições e até mesmo nas ajudas alimentares de organismos multilaterais. Esta definição implica tutelar as populações, especialmente as mais vulneráveis, mas também manter-nos todas e todos isolados das grandes decisões sobre a agricultura, os territórios em que ela ocorre, as formas de produzir e distribuir os alimentos, e as qualidades dos mesmos.

Embora o direito à alimentação e a segurança alimentar sejam enormes avanços da civilização global, parece que ainda consideram o se alimentar como uma exigência fisiológica: o consumo de calorias, proteínas, vitaminas e minerais de forma suficiente e estável. Considerar a comida como combustível para enfrentar os dias soa, no mínimo, estranho para a maioria das pessoas, e ainda mais para quem tem uma relação direta com a terra e os cultivos que se transformam em alimentos.

E aqui se começa a ver a amplitude e a força do conceito que estamos tratando: a soberania alimentar. A diferença mais evidente entre segurança alimentar e soberania alimentar é que esta última insiste em que não se trata apenas de cobrir a necessidade de alimentos, mas de fazê-lo com dignidade e autonomia. No que isso implica?

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) realizou reuniões mundiais sobre o

tema dos alimentos em 1970, 1974 e 1992. Na década de 1990, a voz dos movimentos camponeses e indígenas no mundo ganhou uma força sem precedentes. No México, Equador e Bolívia, as rebeliões indígenas marcaram a presença de civilizações profundas com as quais qualquer Estado tem que falar para poder governar. Movimentos e organizações em

Embora o direito à alimentação e a segurança alimentar sejam enormes avanços da civilização global, ainda parece que consideram o alimentar-se como uma exigência fisiológica

muitas outras partes do mundo haviam extraído declarações e compromissos de instituições globais, como os contidos na Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, e no Tratado Internacional de Sementes, que contém uma primeira versão dos direitos dos agricultores de conservar sementes a cada ciclo, e ter reconhecido e respeitado seu vasto conhecimento da terra e dos cultivos. A Via Campesina (o movimento que coordena o maior número de organizações camponesas, de pequenos e médios produtores, mulheres rurais, comunidades indígenas, trabalhadores agrícolas migrantes, jovens e diaristas sem-terra) foi criada em 1993, meses antes que os empresários mundiais, reunidos no GATT (Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio), incluíssem a agricultura e a alimentação em suas negociações, deixando

claro que, para as empresas, a comida deve ser tratada como qualquer outra mercadoria.

Assim chegou a quarta conferência global sobre alimentação convocada pela FAO em 1996, na qual a Via Campesina, dando voz aos milhões de produtores e produtoras de alimentos, povos que preservam florestas e pesqueiras, agricultores familiares e urbanos, estabeleceu o que hoje conhecemos como soberania alimentar.

A SA é o direito dos povos de decidirem seu próprio sistema alimentar para se abastecerem de comida nutritiva, produzindo-a de forma sustentável e ecológica, honrando sua história e cultura. A SA coloca quem produz, distribui e consome alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. Propõe desmontar o comércio corporativo para que os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e pesqueiros sejam gerenciados por produtores e produtoras locais. Prioriza os mercados locais e nacionais, e confere poder de ação e decisão a camponeses e camponesas, e à agricultura familiar, à pesca artesanal e ao pastoreio tradicional.

A SA estabelece que a produção, distribuição e consumo de alimentos devem ser desenvolvidos com um respeito absoluto pela natureza, sociedade e economia das pessoas. Para alcançá-la, é fundamental que o acesso e a

Coletoras (que colhem) de algas na costa chilena. Fotos: Anamuri



gestão da terra, territórios, águas, sementes, pecuária e biodiversidade estejam nas mãos de quem produz os alimentos. Para isso, deve haver leis nacionais e instrumentos internacionais sólidos que protejam esses direitos.

Promove o comércio transparente, que garante renda digna para povos, comunidades e organizações de produção, e evita a especulação com os preços. A SA também inclui os que “consomem”: as populações urbanas, as pessoas que trabalham em fábricas, em serviços, e as que, embora não trabalhem na terra, defendem o seu direito de decidir sobre a sua alimentação e nutrição.

Para além das esferas materiais da produção de alimentos e dos necessários ajustes legais e comerciais, a SA supõe novas relações sociais, livres de opressão e de desigualdades entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações. A SA defende as gerações futuras porque procura garantir que serão alimentadas com dignidade num mundo menos destruído natural e socialmente.

Embora camponesas e camponeses, organizações sociais, trabalhadores, povos indígenas e movimentos pela alimentação tenham continuado a desenvolver e enriquecer essa ampla definição de soberania alimentar, um marco nessa expansão do conceito é o encontro de Nyéléni, no Mali, África, em 2007.

Coletando (colhendo) algas marinhas na costa chilena. Fotos: Anamuri



Nyéléni é o nome de uma lendária camponesa do Mali, considerada uma heroína entre os povos da região. Afirmou-se como mulher e agricultora num entorno muito hostil. Questionou que o trabalho na lavoura fosse domínio exclusivo dos homens, e do seu trabalho com plantas cultivadas resultaram o fonio e outras variedades de painço, grãos que alimentaram e fortaleceram os destinos das comunidades.

Inspirados por ela, os maiores movimentos camponeses do mundo organizaram, em 2007, o “Fórum Nyéléni” para aprofundar cada um dos aspectos que o conceito de soberania alimentar levanta. Além de detalhar em que consiste o direito de decidir sobre os próprios sistemas alimentares, coerentes com a história e a cultura dos povos, e em harmonia com os ciclos da vida na Terra, a Declaração de Nyéléni sobre a soberania alimentar e a síntese das discussões do fórum dão a conhecer o que hoje entendemos como falsas soluções para os problemas da fome e da destruição ecológica. Elas explicam por que a luta pela alimentação é combater qualquer sistema econômico, político ou ideológico que empobreça a vida (como o neoliberalismo, as novas formas de colonialismo e o patriarcado).

Em Nyéléni, se denunciou a especulação com os preços da comida e a imposição de tecnologias que desautorizam as capacidades coletivas para resolver nossas necessidades em nossos termos. Nem o direito à alimentação nem a segurança alimentar fizeram isso antes. Colocou-se em evidência as supostas revoluções tecnológicas, como os cultivos transgênicos, que devastam a terra e seus ecossistemas, e estabeleceu-se a rejeição categórica a soluções de mercado para os problemas de fome e de injustiça. Expressou-se que a Reforma Agrária é fundamental para que a soberania alimentar se converta em realidade. Protestou-se contra a criminalização de defensoras e defensores dos territórios, e ficou claro que lutar contra essa criminalização é lutar pela soberania alimentar.

No fórum de Nyéléni, aprofundou-se também a importância crucial da SA no enfrentamento de catástrofes naturais e socioeconômicas, e de situações pós-conflito. Somente com a soberania alimentar — diz a síntese das discussões de Nyéléni — os esforços de recuperação local serão garantidos e os impactos das catástrofes, mitigados. Enquanto houver SA, as comunidades afetadas ou abandonadas não serão incapazes de superar as des-

Considerar a comida como combustível para enfrentar os dias soa, no mínimo, estranho para a maioria das pessoas, e ainda mais para quem tem uma relação direta com a terra e os cultivos que se transformam em alimentos

As propostas de Nyéléni para detalhar o que entendemos por SA abarcam as esferas materiais, a mudança nas formas de produzir os alimentos, e novas relações de equidade e justiça entre pessoas e comunidades, e com os governos. Não se trata de um conceito que possa ser “decretado” por Estados, organismos intergovernamentais ou instituições



graças, pois haverá uma sólida organização local para reconstruir as comunidades por seus próprios meios.

Afirmou-se também que os povos devem poder decidir sobre suas heranças materiais, naturais e espirituais, e que nunca devemos nos isolar do trabalho árduo e criativo que envolve o cultivo da terra, dando à SA dimensões que abarquem a vida íntegra dos povos e a complexidade que o desenvolvimento do ser humano necessita.

Na longa jornada que vai desde o horror da fome no pós-guerra até o Fórum de Nyéléni, os povos lutaram para estabelecer a diferença entre comer para manter o corpo vivo e comer para exibir toda a riqueza que pode ser encontrada na humanidade. Nem a terra nem a alimentação podem ser tratados como mercadorias. Esta é uma mensagem poderosa de soberania alimentar, conforme entendida após o Fórum de Nyéléni.

As propostas de Nyéléni para detalhar o que entendemos por SA abarcam as esferas materiais, a mudança nas formas de produzir os alimentos, e novas relações de equidade e justiça entre pessoas e comunidades, e com os governos. Não se trata de um conceito que possa ser “decretado” por Estados, organismos intergovernamentais ou instituições. É uma construção a partir de baixo, realizada pelas comunidades, organizações e movimentos camponeses contra a guerra à subsistência travada a partir do poder: extrativismo, destruição de florestas e bacias hidrográficas, imposição de tecnologias destrutivas, urbanização selvagem, expulsão dos territórios, *junk food*, e tudo o que rouba e destrói as possibilidades de independência e as capacidades das pessoas.

* Frente às múltiplas crises do sistema (da saúde, meio ambiente, econômica, climática, de educação, emprego, moradia) a soberania alimentar, conforme detalhada em Nyéléni, propõe:

* Políticas públicas para garantir o direito dos povos à terra, ao território e a guardar, trocar e reproduzir de forma irrestrita as sementes ancestrais.

* Desenvolver a consciência coletiva para decidir sobre um eixo da autonomia e da liberdade, que é a alimentação.

* Disputar o domínio que o setor privado tem na esfera econômica.

* Negar a mercantilização da natureza.

* Plantar nas cidades para ampliar ali o conceito de território.

* Insistir que a ciência e a tecnologia tenham um caráter público.

O direito à alimentação, a segurança alimentar e a soberania alimentar são conceitos e práticas que se enriqueceram mutuamente ao longo dos anos. Todos estão vigentes. O direito à alimentação e a segurança alimentar fazem parte do discurso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o objetivo número 2, “Fome Zero”.

A SA tem raízes profundas na história e se lança como uma estrela cadente para o futuro, pois está resgatando os saberes das civilizações originárias, e suas perspectivas da vida e da justiça, ao mesmo tempo em que desenvolve propostas para que a produção de sustento não seja equivalente à destruição da Terra.

A SA não é um sonho vago, tem uma agenda detalhada para o longo prazo. Propõe expandir-se não a partir de um centro, mas de todos os cantos onde haja resistência em converter-nos em meras máquinas de trabalho que necessitam combustível genérico para funcionar. Propõe que cada núcleo familiar, comunitário, indígena, urbano ou camponês, proporcione saúde e vida a si mesmo, e da melhor forma possível. E que isso brote de forma irrefreável em todo o planeta. 🌱

Ver <https://solucionesfalsas.org/capitulo-4-3-soberania-alimentaria/>



Sementes, as chaves da vida. Variedades expostas na cerimônia da Oyanza, Mojandita, Imbabura, Equador. Foto: Iván Castaneira

Sobre sábias e sábios das sementes

DECLARAÇÃO DE AUQUINCO

7 de novembro de 2022

Pela articulação entre *Acción por la Biodiversidad*, ANAMURI e CLOC-Via Campesina, reunidos no Instituto de Agroecologia da América Latina (IALA) “*Sembradoras de Esperanzas*”, ao sul da espinha dorsal do nosso Cone Sul, nos encontramos a partir da unidade e da construção do poder popular entre os povos Mapuche, Guarani e Diaguita; comunidades camponesas do Chile, Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Colômbia; trabalhadoras e trabalha-

dores rurais, sábias e sábios das sementes, para compartilhar viveres, saberes, sabores, sementes e sentires diante dos desafios que temos nos territórios devido ao impacto do agronegócio e a nova realidade geopolítica de Abya Yala.

A partir de nossos territórios diversos nos nutrimos em uma jornada de intercâmbio e aposta na defesa das sementes nativas e crioulas nas mãos de quem produz, celebrando a vida e as sementes que Carlos A. Vicente deixou e partilhou.

Estiveram presentes neste encontro Egídio Brunetto, Lucho Custodio Lemos, Ariel “Coqueto” Méndez e Eliana Catalán.

Trazendo à memória e resgatando os conhecimentos das mulheres que ao longo da história da humanidade contribuíram para a agricultura camponesa indígena e afrodescendente, selecionando, guardando, adaptando e melhorando as sementes nativas e crioulas que nos permitiram ter acesso a uma grande diversidade de alimentos, que reconhecemos como pa-

trimônio dos povos a serviço da humanidade.

Visualizando que as empresas pretendem criminalizar, e eliminar, a produção e os saberes camponês-indígenas por meio de diversas estratégias para aprofundar o controle das sementes. A partir do processo de modernização, particularmente desde a chamada “Revolução Verde”, houve uma forte ofensiva do capital para controlar o sistema agroalimentar mundial. Tentaram impor diversos sistemas de controle, como as leis de registro e certificação que impedem a comercialização de sementes, e o Convênio UPOV que impõe a pro-

priedade intelectual através dos direitos de obtentor. Ferramentas usadas para controlar toda a cadeia alimentar. Afirmamos que quem controla a semente controla o alimento.

Entendendo que a crise climática, produzida pelo sistema de produção do agronegócio, se apresenta como um desafio concreto nos territórios, onde as variedades de sementes estão em risco devido à seca, chuvas intensas, nevascas extremas ou mudança nos ciclos das lavouras.

Analisando os contextos políticos de cada um dos países presentes fica evidente a necessidade de leituras e ações regionais que nos orientem

para horizontes comuns pela defesa das sementes, pela democratização da água, pela recuperação de territórios ancestrais, e pela urgência da reforma agrária integral e popular, elementos centrais no avanço pela soberania alimentar.

Atendendo à visão comum de que as sementes nativas e crioulas são o cerne da soberania alimentar, e que defendê-las não é um compromisso apenas das comunidades camponesas, mas de toda a humanidade. E convictas, convictos, de que a luta pelas sementes é a luta pelo futuro, pela alimentação saudável e pela vida, declaramos:

Um camponês de Buenos Aires, Imbabura, Equador mostra suas sementes de feijão. Seu território está ameaçado por uma mineradora. Foto: Iván Castaneira



Que as sementes são um patrimônio dos povos a serviço da humanidade e, portanto, o direito às sementes nativas e crioulas é inalienável e irrenunciável.

Que nos opomos à manipulação genética das sementes e a todas as formas de privatização, forçadas pela estrutura legal imposta pelas empresas e centros de pesquisa.

Que diante da violência estrutural que persiste em nossos territórios, nos comprometemos e reafirmamos nosso compromisso político pela democracia e pelo anseio por uma paz estável e duradoura, requisito essencial para que sigam germinando nossas sementes em nossos filhos e filhas, com a memória de nossos antepassados.

Que a declaração dos direitos camponeses e das demais pessoas que trabalham em áreas rurais é uma conquista da luta camponesa, e é uma ferramenta fundamental para a defesa das sementes e do direito à alimentação incorporada na soberania alimentar.

Que o desafio das sábias e sábios é a defesa das sementes nativas e crioulas para o futuro da humanidade, para impulsionar a autodeterminação dos povos rumo ao bem viver, em harmonia e equilíbrio com a Mãe Terra.

Que a luta pelas sementes é uma luta profundamente política, que é aqui onde começa a cadeia alimentar, e por isso é fundamental recuperar os saberes, os sabores e as sementes.

Que a reforma agrária integral e popular, e a restituição de terras às comunidades ancestrais são imprescindíveis para uma vida digna e para avançar para um modelo de produção que coloque os povos, e não o mercado, no centro.

Que é necessário promover diálogos intergeracionais, espaços de transmissão e compartilhar saberes para manter vivas as identidades camponesas, valorizando assim a territorialidade, a cultura camponesa e indígena que durante séculos resistiu aos embates do colonialismo e do grande capital em nossos territórios.

Que avanços importantes foram alcançados na recuperação e valorização de nossas sementes nativas e crioulas. Agora é necessário multiplicá-las, compartilhá-las e semeá-las para mantê-las vivas.

Nosso compromisso é continuar lutando pela reforma agrária integral e popular, pelo acesso à água, pelas sementes nativas e crioulas, pela agroecologia, para tornar visível o papel fundamental da mulher e a construção do feminismo camponês e popular no trabalho, para a produção de alimentos saudáveis e a preservação da vida.

A partir da identidade camponesa indígena reafirmamos que nossas sementes nativas não se enquadram na lógica produtivista do mercado, mas são parte integrante de nossa vida e modo de pensar. Camponeses e camponesas não produzem apenas alimentos: produzimos e reproduzimos conhecimento em acordo com os ritmos e a linguagem da natureza.

Nosso compromisso com a soberania alimentar é para que toda a população de toda a América Latina e Caribe, seja urbana ou rural, tenha acesso a alimentos saudáveis.

Declaramos que seguiremos trabalhando incansavelmente a partir de nossas práticas e ações agroecológicas para continuar resfriando o planeta. E, assim, preservar nossas sementes.

Reafirmamos com esperança nossos compromissos pela continuidade de nossas lutas, por nossas sementes e nossos territórios.

Que, na luta contínua pela defesa de nossas sementes, continuemos sendo palavras com mãos e vozes com passos. Resistência e rebeldia, as sementes para a vida! Reforma agrária urgente e necessária! Direitos camponeses AGORA! Soberania alimentar AGORA! 🌱

MOVIMENTOS SOCIAIS EM HONDURAS DEFENDEM SUAS SEMENTES CAMPONESAS E INDÍGENAS

Octávio Sanchez (ANAF AE)

Até a década de 1950, a agricultura camponesa predominava em nosso país, baseada na cultura, nos saberes e no uso de sementes tradicionais. O fogão aceso, o cheiro de tortilhas recém-saídas da chapa impregnava as cozinhas de nossas cidades. Diversidade, cheiros, cores, sabores, saberes, eram parte da cotidiana vida camponesa.

Também por esses anos, as empresas multinacionais de sementes e agrotóxicos promoveram outro modelo de produção agrícola baseado no uso intensivo de maquinária agrícola, fertilizantes químicos, agrotóxicos/venenos e se-

mentes “melhoradas ou híbridas”. Esse modelo reducionista e predatório foi chamado de Revolução Verde. Os promotores desse modelo foram a USAID, as fundações Ford e Rockefeller, em coordenação com centros de pesquisa agrícola como CIAT, CIMMYT e IRRI, entre outros.

Assim começou a mudar a matriz produtiva, impondo-se as “variedades melhoradas” nos chamados pacotes tecnológicos, ignorando a importância das sementes nativas e crioulas, adaptadas às condições agroecológicas diversas, que são capazes de alimentar adequadamente as populações, garantindo a segurança e a soberania alimentares.

Em nosso país, a primeira Lei de Sementes foi promulgada em 1980. Ela surgiu com o objetivo de promover e regulamentar a produção, certificação, comercialização, importação e exportação de sementes. Esta Lei considera pela primeira vez que as sementes são uma mercadoria e não um legado do povo para sua segurança e soberania alimentares. Até então, a semente camponesa não apresentava nenhuma restrição para seu uso pelas famílias camponesas, permitindo a livre circulação das sementes.

Em meados da década de 1990, os transgênicos começaram a ser promovidos em Honduras. Em 1995, foi ela-

Mobilização contra o extrativismo e em defesa das sementes camponesas e indígenas, agosto de 2017, Tegucigalpa, Honduras. Foto: ANAF AE



borado o Regulamento de Biossegurança para Plantas Transgênicas, que tinha como objetivo — que paradoxo — promover o cultivo de transgênicos no país. Para isso, foi criado um Comitê de Biossegurança, que foi assumido por funcionários e especialistas em biotecnologia de órgãos governamentais e universidades. A participação da sociedade civil no mesmo foi nula, pois se considerou que este comitê deveria ser composto apenas por “especialistas”. Todos eles eram promotores dos transgênicos no país. O regulamento foi publicado na Gaceta [Diário Oficial] em novembro de 1998, a arrogância acadêmica e tecnocrática prevaleceu sobre os direitos do povo à soberania alimentar.

Em 1998, quando o país foi atingido pelo furacão Mitch, os transgênicos (milho e soja) entraram em Honduras como ajuda alimentar, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), CARE e outras ONGs. Não havia um marco legal que regulasse os OGMs, e o Estado permitiu sua entrada sem nenhum controle.

Para defender os direitos das famí-

lias camponesas e indígenas às suas sementes, organizações da sociedade civil fundaram um movimento nacional de luta contra os transgênicos e agrotóxicos denominado *Red Hondureña Contra Agrotóxicos y Transgênicos* — REHCAT [Rede Hondureña Contra os Agroquímicos e Transgênicos]. Fizeram parte dessa articulação o *Movimiento Madre Tierra*, o *Centro Hondureño de Pro-*

Em nosso país, a primeira Lei de Sementes foi promulgada em 1980. Ela surgiu com o objetivo de promover e regulamentar a produção, certificação, comercialização, importação e exportação de sementes. Esta Lei considera pela primeira vez que as sementes são uma mercadoria e não um legado do povo para sua segurança e soberania alimentares.

moción para el Desarrollo Comunitario (CEHPRODEC), a ANAF AE, a Via Campesina, organizações camponesas, indígenas e de mulheres. Entre as ações realizadas destacam-se a *Marcha de las Mazorcas* [Marcha das Espigas], das *Cacerolas Vacías* [Panelas Vazias], mobilizações em defesa das sementes crioulas, fóruns públi-

cos, jornadas de sensibilização, campanhas de mídia, entre outras. Foi o primeiro movimento nacional contra os transgênicos e em defesa das sementes nativas.

Uma das reivindicações desse movimento era proibir o uso de transgênicos em Honduras, tanto para a entrada de sementes quanto nos alimentos.

Em 2007, as empresas de sementes, principalmente a Monsanto, pressio-

naram o governo de Manuel Zelaya, que, em um acordo para “agradar gregos e troianos”, aprovou o cultivo de transgênicos apenas nos vales, proibindo seu cultivo nas encostas e montanhas.

Isso gerou um problema tremendo, porque o milho é uma cultura de polinização aberta, que poderia contami-

“Não pode haver soberania alimentar sem agricultura ecológica” Foto: Octavio Sánchez Escoto, coordenador da ANAF AE



nar todas as variedades de milho existentes no país. Prova disso foi um estudo realizado pela ANAFAE há 5 anos, que demonstra a contaminação do milho nativo em lugares remotos de Honduras. Nesse período, a *Escuela Agrícola Panamericana* (Zamora-no) tinha 300 hectares de produção de sementes de milho transgênico, que eram vendidas em Honduras, Guatemala e, possivelmente, Colômbia.

O poder das multinacionais de influenciar e comprar vontades foi demonstrado em 2012, quando se aprovou em total sigilo, sem qualquer tipo de consulta aos setores camponeses e indígenas, ou à sociedade em geral, a Lei de Proteção de Obtentores Vegetais, popularmente conhecida em nosso país como “Lei Monsanto”. A opacidade e sigilo foi tal que 2 anos se passaram sem que a existência dessa lei fosse conhecida.

A Lei Monsanto criminalizava, pela primeira vez em nosso país, as práticas e direitos dos camponeses de usar, guardar e vender suas próprias sementes. Entre outras coisas, permitiu que funcionários do governo pudessem entrar nas chácaras camponesas para inspecionar os depósitos e, se não o permitissem, aplicar sanções, indiciá-los criminalmente, prendê-los e aplicar multas de até 10.000 salários-mínimos (equivalente a 100 mil dólares. Ver artigo 51 da referida lei).

Em 2014, entretanto, organizações sociais que investigavam sobre as concessões hidrelétricas e de mineração constataram a existência dessa lei. A partir de então, o movimento social incorporou em suas reivindicações a revogação da Lei Monsanto. Foram realizadas ações que incluíram mobilizações, participação em fóruns, campanhas nas redes sociais e ações judiciais como a de arguição de inconstitucionalidade que visava a revogação da referida lei.

Após um silêncio de quase 2 anos, em 11 de outubro de 2017 o advoga-

O poder das multinacionais de influenciar e comprar vontades foi demonstrado em 2012, quando se aprovou em total sigilo, sem qualquer tipo de consulta aos setores camponeses e indígenas, ou à sociedade em geral, a Lei de Proteção de Obtentores Vegetais, popularmente conhecida em nosso país como “Lei Monsanto”

do responsável pelo acompanhamento da ação informou à ANAFAE que o pedido havia sido negado pela Corte Suprema de Justiça, sob o argumento de que nós que o havíamos apresentado não éramos diretamente afetados pela lei. O apelo foi apresentado pela ANAFAE e outras organizações da sociedade civil, e não por camponeses e indígenas.

Face ao exposto, em 2018 foi interposta uma nova ação de arguição de inconstitucionalidade, subscrita por camponeses e camponesas, tentando superar as razões de inadmissibilidade da ação anterior.

Em 15 de novembro de 2018, foi interposta a nova ação perante a *Sala Constitucional* [Suprema Corte]. Para a apresentação da ação, a ANAFAE solicitou à FIAN Internacional a elaboração de um *Amicus Curiae* que mostrasse à *Sala* a importância de declarar a inconstitucionalidade dessa perversa lei.

Durante mais de 3 anos, indagamos sobre o andamento ou indeferimento do pedido, sem obter resposta. Inesperadamente, em janeiro de 2022, os advogados que nos apoiavam trouxeram a notícia de que a *Sala Constitucional* havia declarado, por unanimidade, em 17 de novembro de 2021, a total inconstitucionalidade da Lei de Obtentores Vegetais, por razão de conteúdo. Foi a primeira vez no mundo que em um país pequeno como o nosso se conseguiu revogar uma lei apoiada por um organismo com um enorme poder econômico e político como é a UPOV e pelas poderosas empresas de sementes como a Bayer/Monsanto.

A decisão da Corte Constitucio-

nal devia ser publicada no Diário da República para ser definitiva. Assim, durante 2022 continuamos a pressionar os parlamentares, foram feitas denúncias nas redes sociais e meios de comunicação, e utilizamos os mecanismos do *Instituto de Acceso a la Información Pública* [Instituto de Acesso à Informação Pública]. Finalmente, em 28 de outubro de 2022, o Acórdão foi publicado na *Gaceta* nº 36062, tornando pública a decisão e eliminando da regulamentação nacional a desastrosa Lei Monsanto. Após 7 anos de luta, comemoramos esta conquista: que tenha sido declarada a inconstitucionalidade desta lei.

Ganhamos uma pequena batalha, mas não podemos descuidar porque agora estamos diante do fato de haver um projeto de lei de sementes que quer impor a certificação, e acabam de aprovar uma regulamentação da lei de sementes que é bastante restritiva.

Continuaremos trabalhando nos territórios para que as sementes nativas estejam em movimento, sendo trocadas em feiras, cultivando-as nas lavouras e que companheiras e companheiros comecem a assumir posições de defesa de seus recursos, frente a qualquer lei que queira violar seus direitos. Concordamos e fazemos nossa a declaração da Via Campesina “As sementes são patrimônio dos povos a serviço da humanidade”. A ANAFAE declara um retumbante não às leis, tratados, acordos que privatizam a vida. Nas lutas pela autonomia e soberania dos povos, a ANAFAE diz presente.





Selecionando sementes para as próximas semeaduras. Uma menina Kichwa debulha e seleciona sua semente após a colheita. Quito, Equador. Foto: Ivan Castaneira

A OCDE e as sementes

EM JOGO A HERANÇA DAS ÚLTIMAS 800 GERAÇÕES

Silvia Rodríguez Cervantes e Henry Picado Cerdas

8 de janeiro de 2023. No centro de todos os sistemas alimentares está a semente. O princípio e o fim do ciclo da cultura da terra: a agricultura. Nos últimos anos, foram estabelecidos mecanismos legais que retirariam de nós esse patrimônio construído por mais de 800 gerações.

O afã de apropriar-se delas e impedir seu uso tradicional está avançando no mundo devido à propriedade intelectual das sementes, impulsionada, entre outras organizações, pela União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), e pela obrigatoriedade de registro e certificação se quiserem que sejam comercializadas. Isso tem sido promovido a partir da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), iniciada por países europeus no final da década de 1950.

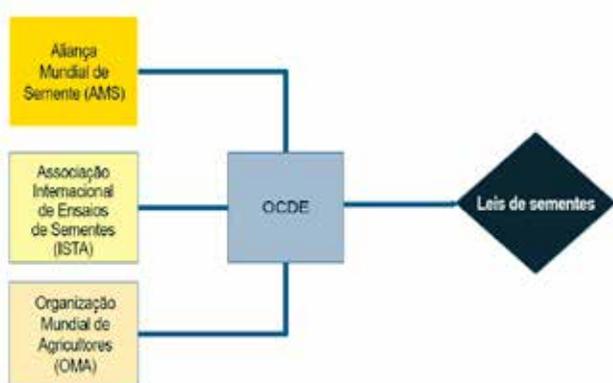
Atualmente, sessenta e um países adotaram as diretrizes da OCDE para a certificação e registro de sementes, sejam ou não membros dessa organização. Há outro grande número de países que as adotaram fora dela, mas sob o mesmo esquema.¹

¹ São 61 países que fazem parte do sistema de certificação de sementes da OCDE: Albânia, Lituânia, Argentina, Luxemburgo, Austrália, México, Áustria, Moldávia, Bélgica, Marrocos, Bolívia, Holanda, Brasil, Nova Zelândia, Bulgária, Noruega, Canadá, Polónia, Chile, Portugal, Croácia, Romênia, Chipre, Federação Russa, República Checa, Senegal, Dinamarca, Sérvia, Egito, Eslováquia, Estônia, Eslovênia, Finlândia, África do Sul, França, Espanha, Alemanha, Suécia, Grécia, Suíça, Hungria, Tanzânia, Islândia, Tunísia, Índia, Turquia, Irã, Uganda, Irlanda, Ucrânia, Israel, Reino Unido, Itália, Estados Unidos, Japão, Uruguai, Quênia, Zâmbia, Quirguistão, Zimbábue e Letônia.

Pelo número de membros da OCDE, daria a impressão de ser um organismo pequeno. Entretanto, sua influência tem sido muito grande nos acordos de reuniões internacionais relacionados a sementes. Por exemplo, desde 1996, ano em que se comemorou o Ano da Biodiversidade Agrícola em Leipzig, a organização internacional GRAIN já alertava que o principal obstáculo que impediu avançar nos aspectos legais relacionados ao “... acesso aos recursos genéticos, ao estabelecimento dos direitos dos agricultores e dos direitos das comunidades locais e dos povos indígenas de controlar seus recursos genéticos”, foi “... o comportamento das delegações dos países membros da OCDE ...”²

Nesse mesmo artigo, ao analisar os resultados da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 1996, GRAIN afirma que os membros da OCDE desviaram a atenção de um dos temas que mais preocupava os países em desenvolvimento, de como se dava a implementação dos acordos agrícolas.

Um novo bloco surge para o controle das sementes. Recentemente, observamos que para consolidar os direitos de obtentor da UPOV e harmonizar as diversas leis de certificação de sementes, foram criadas estruturas que unem organizações aliadas, mas dispersas, e que unificam objetivos fragmentados. Com elas, se abriria a possibilidade de criar um marco regulatório internacional com objetivos gerais comuns que permitam um domínio com maior força sobre o mercado da alimentação e de outros produtos industriais derivados, desde seus estágios iniciais, como a agricultura. Dessa forma, os elos se uniriam e se fortaleceriam para alcançar melhores resultados.³

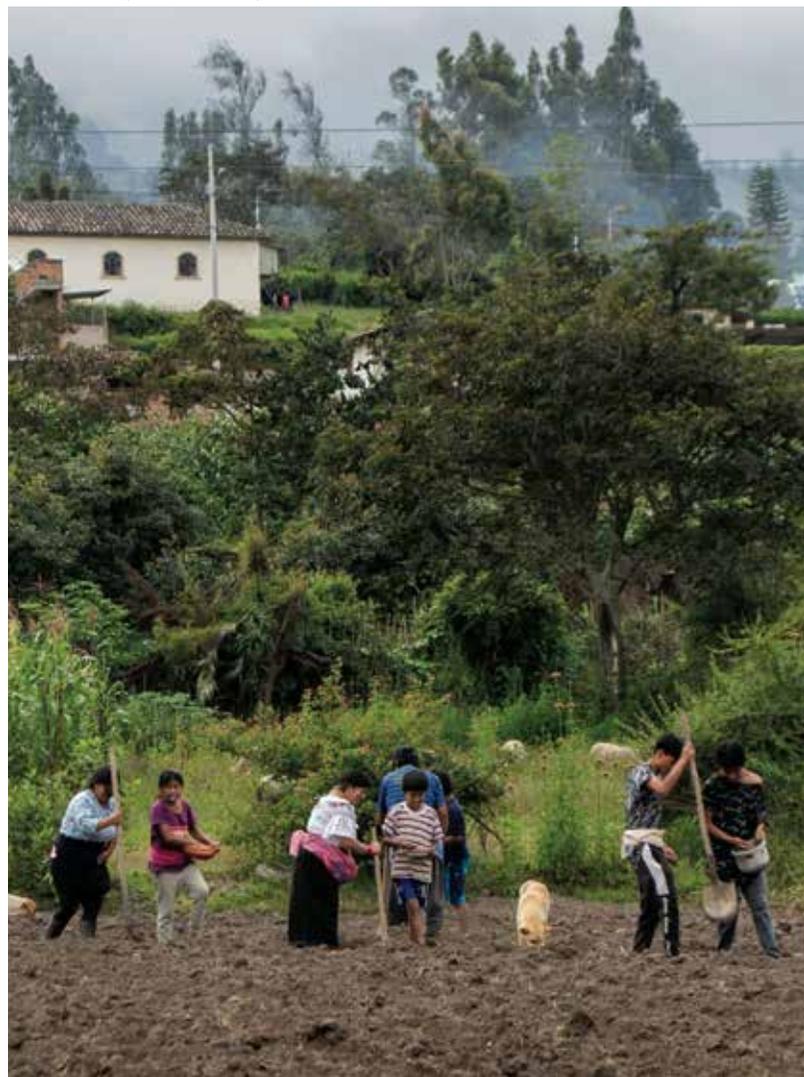


2 GRAIN, “Evaluando el año de la biodiversidad agrícola”. Biodiversidad, Sustento y Culturas nº 11. p. 4

3 Henry Picado Cerdas e Silvia Rodríguez Cervantes “Proceso de Imposición y Resistencia Social al Registro y Certificación de Semillas y a los Derechos de Obtentor en Costa Rica de 1978 Al 2022”. San José, Costa Rica. (2022, Inédito).

Um desses blocos, promovido pela OCDE, é a Aliança Mundial de Semente (AMS), formada inicialmente por quatro organizações ou associações com objetivos econômicos comuns: a OCDE, a UPOV, a ISF (Federação Internacional de Sementes) e a ISTA (Associação Internacional de Ensaios de Sementes), e com adesão posterior da Organização Mundial de Agricultores (OMA). Esse processo de associados heterogêneos parece ter se consolidado com relativa rapidez. Conhecer as suas propostas nos permitirá oposição com conhecimento de causa a suas “sugestões” em relação às sementes, o que contribuiria para aprimorar o conhecimento que temos até agora. A partir de pesquisas do Grupo ETC, sabemos que quatro quintos de nossos alimentos são cultivados por pessoas em pequenas parcelas, com menos de 25% da terra plantada no mundo e um quinto da água usada para a agricultura em nível global. Em outras palavras, as camponesas e camponeses em pequena escala alimentam a maior parte do mundo, sendo as sementes o insumo primordial que corre cada vez mais o risco de perder sua autonomia. Para defendê-la, devemos continuar conhecendo e analisando as esferas legais internacionais e nacionais que colocam em risco essa liberdade. 🌱

Comunidades plantando no Equador. Foto (recorte): Iván Castaneira



O INSTITUTO AGROECOLÓGICO LATINO-AMERICANO (IALA) “MARÍA CANO”

Juntança agrojuvenil, experiência de formação para a juventude e infância camponesas
“sementes que vão florescendo”

Por uma educação do campo e para o campo. Como foi um compromisso dos meninos e meninas que assistiram ao lançamento virtual da revista *Biodiversidad, sustento y culturas* nº 114, em novembro de 2022, aqui são trazidos os escritos das crianças que têm se reunido nos últimos meses no centro de formação do IALA “Maria Cano”. Seu objetivo é se juntar para se reconhecer no território, se juntar para fortalecer sua identidade, para trocar saberes, sabores e sementes resultantes das práticas agroecológicas que lhes ensinaram seus pais, que fazem parte das estruturas de base da Fensuagro - *Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria* [Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária).

Este processo de formação surge das propostas pedagógicas que a universidade rural na Colômbia tem, com a ideia de fortalecer o tecido organizativo em diferentes níveis.

As políticas educacionais aplicadas na América Latina são baseadas na aplicação do modelo neoliberal que mercantiliza professores, alunos e trabalhadores que egressam dos principais centros educativos formais

Quando se fala sobre organização camponesa, em geral se pensa em adultos, em um montão de camponesas e camponeses falando sobre políticas, estratégias para reivindicar suas lutas, sobre coisas de gente adulta. E, muitas vezes, os processos de formação são traçados para esse grupo populacional e com ferramentas formativas para pessoas com outro tipo de entendimento.

Na CLOC Via Campesina, os processos de formação sempre foram considerados dentro de eixos transversais que envolvam todos os membros da comunidade ou do território. Também há ênfase para as relações que se tecem em torno do núcleo familiar. Da experiência, aprendemos que os processos de formação camponesa são mais frutíferos quando são cultivados a partir da comunidade, quando passamos das lógicas da substituição geracional para marcar com mais força as práticas de intercâmbio geracional.

Na América Latina são muitas décadas de políticas

educacionais enquadradas na lógica da política governamental voltada para a ascensão do sistema econômico que desde o período colonial está nas mãos de poucos.

Em outras palavras, as políticas educacionais aplicadas na América Latina são baseadas na aplicação do modelo neoliberal que mercantiliza professores, alunos e trabalhadores que egressam dos principais centros educativos formais. Nas últimas décadas, especificamente para o caso colombiano, as linhas de um modelo econômico globalizado que impulsiona a modernização se encrustou no modelo educacional. Meninas, meninos, jovens e adultos que frequentam os diferentes níveis de ensino são orientados por métodos educativos que promovem o agronegócio, uma pedagogia fora do contexto e das necessidades dos territórios camponeses.

Quando se pensa em construir a universidade camponesa, o IALA María Cano, é porque há necessidade de formar jovens camponeses e camponesas desde a infância para que na juventude, e na idade adulta, sua formação formal e informal no processo de formação agroecológica seja de maior qualidade, segundo os indicadores de um bom viver do campesinato, a partir de uma economia camponesa baseada na agroecologia e no exercício da soberania alimentar.

O modelo pedagógico da juntança agrojuvenil camponesa não é um modelo criado por algum intelectual, graduado, professor ou especialista. É uma estratégia formativa criada a partir do imaginário de crianças e jovens, a partir da lógica da organização entre si, elas e eles. O nome dessa proposta foi dado por eles e elas, e disseram que assim há mais identificação, e a partir de suas origens e suas formas, é melhor que eles e elas sigam contando.

Os meninos e meninas fizeram o dever de casa. A juntança agrojuvenil é uma escola popular em construção per-

Nossos objetivos estão pensados em construir cenários de educação popular, problematizadora e libertadora entre meninos, meninas e jovens do território sob a lógica do aprender fazendo e do educar produzindo



Caminhada pelas unidades produtivas agroecológicas. Juntança agrojuvenil camponesa, 2022. Foto: Comunicação Fensuagro.



Oficina de vermicultura. Juntança agrojuvenil camponesa, novembro de 2022. Foto: Equipe de Comunicação Fensuagro

manente, liderada pelo IALA “María Cano”, Fensuagro e suas organizações de base em Viotá, a saber: Sinpeagricun (*Sindicato de Pequeños Agricultores de Cundinamarca*), Astracavi (*Asociación de Trabajadores Campesinos de Viotá*) e Ascataviv (*Asociación Campesina de Trabajadores Ambientalistas y Víctimas de Viotá*). Busca gerar estratégias pedagógicas de formação popular com e para meninos, meninas e jovens do território, a partir do reconhecimento de seus sentires, talentos, habilidades e desafios.

Identificamos no fazer cotidiano junto às organizações e famílias camponesas a necessidade de criar cenários que garantam a curto, médio e longo prazo o fortalecimento da identidade camponesa, o enraizamento territorial para a sobrevivência da juventude no território.

Queremos construir territórios mais justos e equitativos para todos, todas, todes, por meio do fortalecimento organizativo, da materialização de nossas apostas e reivindicações, colocando a agroecologia com sua multiplicidade de ações no epicentro da transformação e construção da soberania alimentar, do feminismo camponês e popu-

lar, e o reconhecimento de camponeses e camponesas como sujeitos históricos, políticos e sociais de direitos.

Nossos objetivos estão pensados em construir cenários de educação popular, problematizadora e libertadora entre meninos, meninas e jovens do território sob a lógica do aprender fazendo e do educar produzindo. Contribuir para a consolidação da soberania alimentar, o reconhecimento do campesinato como sujeito político de direitos e a consolidação do feminismo camponês e popular.

Tornamos nossas linhas formativas uma realidade em três tópicos muito importantes. O primeiro é fortalecer nossa identidade, o segundo é territorializar cada vez mais nossas práticas agroecológicas camponesas, e o terceiro é fortalecer nossa organização camponesa.

Construímos o conhecimento a partir de algo que chamamos de espirais de diálogo, onde falamos de recuperação gastronômica, da produção de alimentos locais através de sua transformação, construindo memória, saberes e sabores. Conversamos e trabalhamos nos cultivos diversos que temos na região, na apicultura, piscicultura, comunicação, esportes, cultura e economia camponesa. 🍄



Prática de campo, Juntança agrojuvenil camponesa, IALA "Maria Cano", 2022. Foto: Equipe de Comunicação Fensuagro

O INSTITUTO AGROECOLÓGICO LATINO-AMERICANO (IALA) "MAMÁ TINGÓ"

Cultivando as lutas pela educação do campo
"mais uma semente que cresce em solo fértil"

Camponesas e camponeses são o produto de lutas históricas, da miscigenação entre povos que trabalharam a terra de múltiplas formas, tudo isso faz com que suas práticas atuais estejam sob múltiplas formas de pensamento que se refletem em seus cultivos, baseados em uma frutífera biodiversidade, por alguma razão são as e os responsáveis pela alimentação do planeta (Grupo ETC, 2022).

As formas como pensam a vida no território têm estreita relação com as dinâmicas da natureza. A partir disso, se construiu uma lógica de pensamento e ação (uma cosmovisão) em torno ao cuidado e à reprodução da vida, que se poderia denominar como o cultivo da vida. Além de garantir a alimentação, também são responsáveis por resfriar o planeta (Carlos Vicente, 2016). Como é que eles conseguem contribuir com isso para a humanidade? Bem, cultivando, não apenas alimentos, insistimos, mas cultivando a vida.

As formas de cultivar a vida vêm da transmissão do saber. O saber demonstra com fatos que o campesinato é a via campesina, vale a redundância, para enfrentar os problemas mais graves que a humanidade tem. Esse saber não necessariamente se aprende em escolas, faculdades, colégios, centros de capacitação técnica ou universidades convencionais com seus planos de estudo, currículos e pedagogias. Esse saber se aprende a partir do exercício científico do aprender fazendo e do educar produzindo. É científico porque se baseia na experimentação, na tentativa e erro, na comparação que é facilitada pela transmissão de saberes, no exercício de outras formas de relação que permitem compartilhar como as colheitas foram conseguidas para garantir o bem viver. É simples assim. Porém, é bom dizer que dentro desse mundo da academia é conhecido como pedagogia do movimento, pedagogia da paz, e sim, tem a sua metodologia: a metodologia de camponesa a camponesa.

Consequentemente, a Via Campesina continua cultivando e colhendo processos de formação agroecológica em todo o mundo. Assim como as sementes crioulas têm sua riqueza genética de milhares de anos, a semente na educação dos processos de formação agroecológica tem a mesma história das sementes crioulas e, além disso, sua riqueza está em transmitir o saber que garante a luta pelo bem viver.

A Via Campesina (VC) e a Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) dedicaram uma parte importante de seus esforços, faz vinte anos, à formação agroecológica, para formar seus membros na construção da soberania alimentar em seus países, organizações e comunidades de origem, com referências no Centro

As formas como pensam a vida no território têm estreita relação com as dinâmicas da natureza. A partir disso, se constrói uma lógica de pensamento e ação (uma cosmovisão) em torno ao cuidado e à reprodução da vida, que se poderia denominar como o cultivo da vida

Nacional de Capacitação ‘Niceto Pérez’, da ANAP em Cuba, e na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, no Brasil. Já existem vários centros de formação agroecológica, como o Instituto Agroecológico Latino-Americano Paulo Freire (IALA Paulo Freire) em Barinas, Venezuela, a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), o IALA Amazônico e a Escola Milton Santos, presentes no Brasil, o IALA Guaraní do Paraguai, a Universidad Campesina (UNICAM) da Argentina, o IALA Mujeres no Chile e o

IALA Ixim Mulew Mesoamérica na Nicarágua, o IALA México e o IALA María Cano-Fensuagro na Colômbia. Partindo das concepções políticas, pedagógicas e produtivas da Via Campesina, estes institutos estabelecidos são fruto do esforço pedagógico da VC, em conjunto com a CLOC, que têm contextos, objetivos específicos e metodologias diversas, mas compartilham o fato de serem locais internacionais criados para desenvolver a educação camponesa, a cidadania agrária e a soberania alimentar. É a partir dessas práticas que brota uma nova semente carregada de esperanças.

As organizações camponesas da República Dominicana, articuladas na CLOC-Via Campesina, nos somamos aos esforços que há mais de vinte e sete anos vêm se dedicando à formação agroecológica no continente, e basicamente na região do Caribe (Cuba como exemplo). O lançamento desta proposta de formação, o Instituto Agroecológico Latino-Americano, que se chamará Florinda Soriano Muñoz (IALA - “Mamá Tingo”), busca formar pessoas em agroecologia. É a aposta de continuar

fortalecendo capacidades e a luta pela soberania alimentar na América Latina e no mundo.

A criação dos IALAs é o resultado de um processo de discussão realizado por movimentos sociais populares, organizações e instituições afins, buscando formar pessoas com capacidade de coordenar processos de transformação a partir do âmbito agropecuário e agroflorestal, de forma sustentável e agroecológica.

O IALA - “Mamá Tingo” propõe como visão ser uma referência de educação e capacitação agroecológica, que promova a transformação para uma agricultura camponesa justa e equitativa, que dignifique a vida no campo, que contribua para uma nova ruralidade com jovens e mulheres, protagonistas que garantam manter e/ou retornar o trabalho ao campo para a produção familiar camponesa rumo à soberania alimentar.

Propomos um instituto agroecológico que promova os conhecimentos ancestrais, a produção agroecológica como a alternativa para a produção agropecuária, de forma saudável e sustentável.

A criação de um instituto com a integração das organizações camponesas de base, que formem participantes com clareza de posicionamentos e ações. Trata-se de uma formação integral de acordo com a realidade de seus territórios.

Seguimos apostando que a agroecologia é e será o eixo fundamental, e a bandeira de luta dos movimentos camponeses, que garante a soberania alimentar e a defesa da nossa mãe terra, da água e do nosso habitat natural.

É uma proposta que está na pauta de nossas organizações e, com este instituto, também vamos somar uma série de experiências locais das organizações, e o diálogo e resgate de saberes ancestrais.

Este instituto terá, como estrutura pedagógica, profissionais especialistas em cada uma das áreas apresentadas no currículo de formação proposto, além de um corpo docente formado por jovens egressos das diferentes experiências formativas de IALAs em outros países latino-americanos. (IALA “Mamá Tingo”, 2022) 🍌

Internacionalizemos a luta, internacionalizemos a esperança!

Grupo ETC, “El campesinado sigue alimentando al mundo, aun cuando FAO afirme lo contrario”, 2022

IALA Mamá Tingo, “Nota de prensa”, 2022

Carlos Vicente, “La agricultura campesina enfría el planeta”, 2016. Disponible en: <https://www.leisa-al.org/web/index.php/lasnoticias/cambio-climatico/2648-carlos-vicente-la-agricultura-campesina-enfria-el-planeta>



Foto do grupo da CLOC-Via Campesina reunido em Güira de Melena, Cuba, em novembro de 2022. Foto: Via Campesina

DECLARAÇÃO FINAL III ASSEMBLEIA CONTINENTAL

Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo
CLOC-Via Campesina

Com a premissa do Comandante Fidel Castro “a revolução deu aos camponeses algo mais que uma Lei de Reforma Agrária”, o companheiro presidente da heroica Cuba, Miguel Díaz Canel afirma que “na agroecologia reside a capacidade de alcançar um modelo agrícola sustentável e soberano, que garanta a soberania e a segurança alimentares da população”.

De 29 de novembro a 1º de dezembro de 2022, no Centro Integral Niceto Pérez, da Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP), localizado em Güira

de Melena, província de Artemisa, em Cuba, estivemos presentes oitenta líderes mulheres e homens, dos vinte países latino-americanos que compõem a CLOC, para celebrar a III Assembleia Continental de nosso movimento camponês e avançar para a VIII Conferência da Via Campesina Internacional em Manágua, Nicarágua.

Nos reencontramos depois de resistir à pandemia da Covid-19 e mobilizar ações a partir de nossos territórios em defesa da soberania alimentar e das demandas pela aplicação da Declaração dos Direitos dos Camponeses, para promover sistemas agroalimentares sustentáveis

com camponesas e camponeses que resfriam o planeta, e produzem alimentos saudáveis para os povos.

Durante este encontro, reafirmamos a imperiosa necessidade de lutar pela erradicação definitiva de todos os vestígios de colonialismo e imperialismo em nossa América Latina. Em um contexto global onde a emergência da China e do Oriente vislumbra uma ruptura na hegemonia política, econômica e militar dos Estados Unidos, e abre possibilidades de novos cenários de multipolaridade, estamos conscientes do momento histórico em que se desenvolvem nossas lutas e resistências.

Estamos alertas em uma conjuntura de aprofundamento das crises sistêmicas, consequência do desenvolvimento do capitalismo neoliberal, onde a resposta do poder corporativo são discursos de ódio e a manipulação midiática, que incentiva e promove o surgimento de grupos fascistas que se identificam com ideais racistas, xenofobos, e métodos violentos e antidemocráticos.

Ratificamos o combate aos agrotóxicos em meio a crises, guerras e pandemias que evidenciam o sistema agroalimentar corporativo como uma ameaça para toda a humanidade, elevando os preços de insumos, de alimentos e, por consequência, os níveis de fome e desnutrição.

Enfrentamos os desafios das novas tecnologias que apresentam mudanças intensas nas formas de trabalho e de comercialização de alimentos, e destacamos o papel dos camponeses e camponesas na produção de alimentos saudáveis para os povos do mundo. Os bens comuns, a terra e os territórios, a água, os nossos minerais, continuam sendo o principal apetite das transnacionais, pelo que o desafio principal dos povos é resistir ao extrativismo, defender os territórios camponeses e de povos originários.

Valorizamos o momento histórico da América Latina diante de uma nova onda de governos progressistas, conscientes de que a conquista do poder político foi possível por meio de alianças com setores privados, e que nos apresenta um alto grau de complexidade e capacidade de análise, e propostas para contribuir para a integração latino-americana e a paz na região diante deste desafio.

Nos desafiamos a ter protagonismo, de mãos dadas com nossas lutas, instâncias de representação e definição política, para impulsionar políticas públicas que fortaleçam a produção de alimentos saudáveis e avancem na implementação dos direitos camponeses em cada país. Conscientes de que isso só será possível com nossas organizações mobilizadas e unidas, fortalecendo alianças no campo e na cidade, com sindicatos e movimentos sociais e populares. A participação da juventude e a formação política são essenciais neste caminho de luta e esperança.

Destacamos a importância estratégica de nossos IA-

LA's, que vêm se fortalecendo em todas as regiões, formando a juventude com militância agroecológica. Durante trinta anos, a Via Campesina desenvolveu a proposta da agroecologia e da soberania alimentar. Conforme ratificada pela Declaração dos Direitos dos Camponeses e Camponesas, a reforma agrária é uma condição para resolver o problema da fome mundial, caminho que se iniciou na América Latina com a Campanha Continental pelos 500 anos de Resistência Camponesa, Indígena, Negra e Popular.

Assumimos a nossa Carta Orgânica como uma ferramenta que orienta as estratégias para fortalecer nossas organizações e nossos planos de ação, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade justa e equitativa, convictos e convictas de que a integração da grande pátria é o melhor caminho na construção do socialismo na América Latina.

Reafirmamos o compromisso inabalável de solidariedade com nossa irmã República de Cuba, com seu povo, esse farol essencial na criação do ser humano novo que é, e será, necessário na busca de libertar os povos do capitalismo, e de sua inerente, injusta e violenta desigualdade. Um bloqueio que o bravo povo cubano enfrenta há mais de 60 anos, e que nos últimos tempos se agravou com a implementação de mais de 243 medidas de repressão econômica, política e militar por parte do criminoso governo dos Estados Unidos. Apesar disso, o povo cubano continua ensinando resistência, luta, solidariedade e revolução.

Reafirmamos nossa solidariedade ao povo irmão do Haiti que se encontra submerso em uma profunda crise política, social e econômica, aprofundada pelo racismo institucional que domina, e torna a população haitiana vulnerável a situações de marginalização e precariedade. Reconhecemos no Haiti a coragem de um povo que fez a primeira e verdadeira revolução social no continente americano para se libertar do colonialismo europeu, abolindo a escravidão e oferecendo sua ação solidária na luta para continuar seu esforço pela independência.

Rumo a Manágua, para a VIII Conferência da Via Campesina Internacional, com o compromisso de continuar construindo a unidade do movimento camponês, a Solidariedade Internacionalista, a luta pela reforma agrária, a soberania alimentar e os direitos camponeses em todo o mundo. 🌱

Rumo à VIII Conferência!

Internacionalizemos a Luta, Internacionalizemos a Esperança!

Foto: Iván Castaneira.

A revista Biodiversidad, sustento y culturas em versão digital, em espanhol, está disponível em:

www.grain.org/biodiversidad e em www.biodiversidadla.org/Revista

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina:

<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza atualmente é composta por treze organizações e movimentos ativos na região:

Acción por la Biodiversidad, Argentina (<http://www.biodiversidadla.org>)

Acción Ecológica, Ecuador (<http://www.accioneologica.org>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras (www.anafae.org e www.redanafae.com)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Campaña Mundial de la Semilla de La Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://m.centroecologico.org.br/>)

CLOC - Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

GRAIN (<http://www.grain.org>).

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Sites temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>

A Alianza Biodiversidad convida a todas as pessoas interessadas na defesa da biodiversidade nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação. Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista Biodiversidade, sustento e culturas, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a Alianza. Os convidamos a colaborar acessando a página: http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

Acción por la Biodiversidad

info@biodiversidadla.org



red de coordinación en biodiversidad



colectivo por la autonomía



SUSTENTO Y CULTURAS



ANAFAE

